

DIGNIDADE MENSTRUAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: SOB UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL ODS 4, 5 e 10

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

Fabiana dos Santos Abrão – UNITAU
Prof.^a Dr.^a Márcia Regina de Oliveira – UNITAU

Resumo

Este artigo é um extrato do projeto de pesquisa para obtenção do título de Mestrado em Educação, os dados apresentados até o momento são parciais, obtidos até o momento da elaboração deste artigo.

Este trabalho insere-se na linha de pesquisa “Inclusão e Diversidade Sociocultural”, da área de Educação do Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté, e tem por objetivo analisar os possíveis impactos sociais da educação menstrual para jovens na educação básica. Ao incorporar a educação menstrual na educação básica, as escolas podem ajudar as pessoas que menstruam a entenderem melhor o ciclo menstrual, os processos biológicos envolvidos, os diferentes estágios do ciclo, e como cuidar adequadamente da higiene menstrual. Isso também pode incluir informações sobre os produtos menstruais disponíveis, como absorventes, tampões, copos menstruais, entre outros, bem como a importância de escolher produtos seguros e adequados. É importante também reconhecer o termo “pessoas que menstruam” considerando homens transgêneros na abordagem sobre o tema, diminuindo a discriminação com relação as pessoas transsexuais. A sensibilização e envolvimento de todos gera ações mais conscientes e assertivas, o que ocasiona em acolhimento e exemplo para os jovens. De maneira geral, a educação menstrual pode beneficiar a conscientização dos jovens sobre seus corpos e suas escolhas, gerar empatia e promover dignidade para todas as pessoas que menstruam.

Palavras-chave: Menstruação; Educação Menstrual; Dignidade Menstrual; Educação; Interseccionalidade.

Introdução

Para contextualizar sobre a menstruação, é importante trazer a compreensão de que ela é um fato biológico natural que ocorre em pessoas com ovários, é um “processo natural do corpo da mulher, a menstruação marca o início da puberdade e é caracterizada pelo sangramento causado pela descamação do útero quando não há fecundação.” (BRASIL, 2023), ocorre geralmente entre os 8 a 55 anos de idade,

percorrendo portanto a maior parte da vida de uma pessoa, e inicia-se e permanece por um longo período da idade escolar.

O assunto menstruação passou por diversas análises e conceitos durante a história, o corpo feminino foi taxado de diversas maneiras, do sagrado ao profano, e muito ainda se encobre e inferioriza sobre o corpo que menstrua.

Ao abordar sobre o tema, o termo mais correto a ser utilizado é “pessoas que menstruam”, que são aquelas que possuem ovários, não somente mulheres, mas abrangendo também homens transexuais.

Mesmo sendo algo natural do corpo que possui ovário, historicamente muitos fatores geram uma visão de inferioridade ao corpo que menstrua, principalmente com relação a menstruação em si.

Pensar em educação menstrual é propor conhecimento e ressignificar a visão das pessoas que menstruam sobre seus corpos e suas escolhas, buscando alcançar a dignidade menstrual, que é o estabelecimento de uma consciência mais ampliada sobre a menstruação e o acesso a itens de higiene pessoal.

Para pessoas em vulnerabilidade social este é um assunto ainda mais complexo, pois em muitas situações tais pessoas não possuem condições e acesso a itens de higiene pessoal e saneamento básico, o que dificulta uma relação digna e saudável com a menstruação.

Pensar nas pessoas com deficiência é outro fator importante para a promoção da dignidade menstrual, considerando que muitas pessoas são culturalmente infantilizadas, e em muitos casos, têm seu poder de decisão sobre seus corpos banidos para suas próprias tomadas de decisões com relação a medicalização e coleta do ciclo menstrual, como também são pessoas que sofrem em muitos ambientes por ter serem adequados para o acesso a sanitários e itens de higiene.

Este artigo visa estudar sobre a educação menstrual para jovens dentro da educação básica, investigar as percepções dos jovens acerca do tema, e propor um novo significado sobre a menstruação para todas as pessoas que menstruam, e realizar uma comparação sob a perspectiva de pessoas em situação de vulnerabilidade social e pessoas com deficiência.

Revisão da literatura

Na idade média, o gênero “homem e mulher” tinha uma importância social, os sexos masculinos e femininos eram vistos como um único sexo, porém o sexo feminino era compreendido como um corpo masculino incompleto, ou seja, o corpo masculino que não conseguiu se desenvolver o suficiente, uma falha em relação ao sexo masculino, como aponta o autor: “neste mundo a vagina é vista como um pênis interno, os lábios como o prepúcio, o útero como o escroto e os ovários como os testículos” (LAQUEIR, 2001, p. 14).

Dentro desta perspectiva, havia a curiosidade de compreender o porquê diferentemente dos homens, as mulheres menstruavam e concebiam, e ao longo da história muitas mulheres foram submetidas a diversos experimentos físicos para compreensão do funcionamento do seu corpo e busca pela distinção entre o corpo feminino e masculino, principalmente em mulheres negras escravas, exemplo como sobre a escrava Anarcha Westcott, que foi submetida a diversos procedimentos ginecológicos sem anestesia pelo médico J. Marion Sims, e outros diversos médicos brancos, no ano de 1820 (FIDALGO, 2021).

A partir do séc. XVI iniciaram as primeiras tentativas de regulamentação da atividade da obstetrícia, onde a partir dela foram se desenvolvendo as atividades da

ginecologia, a qual passou a ser considerada especialidade médica somente a partir do séc. XIX (ROHDEN, 2001).

Tal especialidade trouxe o avanço do conceito sobre a distinção entre o sexo masculino e o feminino, mas tal distinção não ocorreu somente devido aos avançados médicos, mas também com o intuito de dominação da mulher

Analisando historicamente, no séc. XIX com o avanço dos conhecimentos na obstetrícia, houve também um avanço sobre a compreensão da menstruação, em 1839 o médico Augustin N. Gendrin levantou o questionamento sobre a menstruação ser controlada pela ovulação, mas ainda com poucos dados científicos. Na década de 70 os estudos sobre o ciclo menstrual foram se aprofundando e somente no século XX se chega a resultados mais precisos com relação a menstruação. (ROHDEN, 2001).

Atualmente, é sabido que a menstruação é um fato biológico natural que ocorre em pessoas com ovários, é um “processo natural do corpo da mulher, a menstruação marca o início da puberdade e é caracterizada pelo sangramento causado pela descamação do útero quando não há fecundação.” (BRASIL, 2023).

A menstruação, ocorre em torno de 3 a 7 dias durante o mês, todos meses a partir da primeira menstruação, chamada menarca, até em torno dos 50 anos de idade da vida da pessoa que menstrua, quando se atinge a chamada menopausa, onde se encerra seu ciclo reprodutivo (RATTI, *et al.*, 2015).

O ciclo menstrual abrange desde o primeiro dia da menstruação até o início da próxima no mês subsequente.

Um estudo do Plano Nacional de Saúde – PNS de 2013, apontou que a média da menarca no Brasil ocorre entre 13 anos, e somente 1% da população ocorre após os 18 anos.

Mesmo em países desenvolvidos, ainda nota-se um tabu enraizado socialmente, um dos marcos de tal fato é a utilização do termo “estar de chico” ao se referir ao estar menstruada. Tal termo, se refere aos porcos, ao chiqueiro, ou seja, algo sujo. (ERNANDES, 2018).

É importante compreender que a definição sobre o corpo feminino e masculino vai muito além do sexo, Nery e Vomero (2023, p. 3) afirmam que: “a mulher não deixa de ser mulher pela retirada de seus ovários, assim como as mulheres não são necessariamente mulheres por possuírem ovários e útero”.

O termo pessoas que menstruam, se refere a mulheres cisgêneros que possuem ovários e também a homens transgêneros.

Para Silva (2022, p. 29): “atribuir a corporeidade somente à biologia desconsidera a individualidade e a construção social como fatores importantes e não amplia nosso olhar para a realidade de que menstruação é algo que ocorre também em corpos masculinos ovariados (transhomens)”.

De acordo com a autora, é essencial aprofundar as discussões sobre o tema, englobar todos os corpos menstruantes, considerando que corpos trans-ovariados, que são aqueles transmasculinos, também menstruam. (SILVA, 2022).

Existem diversos outros pontos a serem analisados em relação à dignidade menstrual, como não somente o conhecimento biológico e social a respeito do tema, mas como também as condições de higiene pessoal e a saneamento básico, como será apresentado mais adiante.

Certamente, visando uma reparação histórica, dentre as metas da ONU – Organização das Nações Unidas para o alcance de um mundo melhor, mais justo e livre de desigualdades sociais, está a 5ª meta da ODS – Objetivo de

Desenvolvimento Sustentável, que propõe: “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (ONU, 2023).

Portanto, é possível identificar a importância de se compreender o funcionamento do corpo humano e suas peculiaridades, com intuito de eliminar preconceitos e as mistificações, sobretudo para promover dignidade às pessoas sobre seus corpos.

Neste sentido, pensar em mulheres e homens transexuais amplia a compreensão sobre a complexidade dos corpos masculinos e femininos, e a identidade de gênero.

Para a autora: “a natureza feminina, faz parte do conjunto de concepções através das quais a identidade de gênero e a divisão sexual do trabalho são construídas no interior da sociedade capitalista”. (VIEIRA, 2008, p. 32).

Para Joan Scott (1972, apud Vieira, 2008, p. 24), o gênero inclui tanto a biologia quanto a sociedade, é um “elemento constitutivo das relações sociais baseadas em diferenças aceitas entre os sexos”.

Se ao abordar sobre menstruação para mulheres cisgênero ainda é um tabu nos dias atuais, podemos identificar que para homens transgêneros seja ainda mais complexo.

Outra meta importante proposta pela ONU nas ODSs, está a meta de número 10 que propõe a “redução das desigualdades” (UNICEF, 2021).

Para Cater (2022, p. 1) “a má distribuição de renda e desemprego é resultado da desigualdade, que, por sua vez, acarreta a vulnerabilidade social, sendo este um problema que vincula a renda e o trabalho”.

De acordo com a UNICEF (2021), cerca de 13,6 milhões de habitantes vivem em condições de extrema pobreza em todo o mundo. No Brasil de acordo com o IBGE: “12 milhões de pessoas viviam em extrema pobreza em 2020, ou seja, com menos de R\$155 reais por mês, e mais de 50 milhões, ou 1 em cada 4 brasileiros, viviam em situação de pobreza, com menos de R\$450 por mês”, aponta o IBGE (2020).

Para a autora: “pode-se afirmar que toda situação de pobreza leva a formas de ruptura do vínculo social e representa, na maioria das vezes, um acúmulo de déficit e precariedades. No entanto, a pobreza não significa necessariamente exclusão, ainda que possa a ela conduzir” (SAWAIA, 2021, p. 22).

E ainda complementa que: “qualquer estudo sobre a exclusão deve ser contextualizado no espaço e tempo ao qual o fenômeno se refere.” (SAWAIA, 2021, p. 22).

Pensar em educação menstrual, significa proporcionar conhecimento para pessoas que menstruam sobre seus corpos e sobre o ciclo menstrual, a fim de promover bem-estar e dignidade menstrual, apresentando opções de escolhas mais conscientes, como os tipos de coletores menstruais, medicamentos e itens de higiene pessoal (UNICEF, 2021).

Esta abordagem vai de encontro com outra meta da ODS de objetivo nº 3 que estabelece: “saúde e bem-estar: têm como finalidade assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, independente de idade, considerando essas como essenciais ao fomento das capacidades humanas” (UNICEF, 2021, p. 16).

A população em situação de rua é a mais afetada, já que não existe ainda leis que estabelecem o fornecimento de absorventes para essa população, muito menos a educação menstrual como um todo. (MOREIRA, 2021).

Portanto, o olhar para essa camada da população precisa ser abrangente para que haja acesso e inclusão com dignidade para todas as pessoas que menstruam.

Quando pensamos nas pessoas com deficiência, percebemos um relevante marcador social que precisa ser considerado na busca pela dignidade menstrual.

Para Costa (2024), existem muitos estigmas que impedem o cuidado menstrual para as PCDs, o que resulta em: falta de acesso à informação segura; a absorventes e remédios; falta de acesso e acessibilidade para uso das instalações sanitárias; produtos higiênicos com formato e/ou textura inadequados; falta de apoio para troca e higiene dos absorventes; interrupção do ciclo menstrual e esterilização sem consentimento (principalmente das pessoas com deficiência intelectual); superproteção e violação do direito sexual reprodutivo e desrespeito ao protagonismo da pessoa.

Portanto, cabe aqui uma abordagem interseccional ao tratar sobre o tema dignidade menstrual, para Bellagama (2022): “em termos simples, a interseccionalidade é a interação entre dois ou mais fatores sociais que definem uma pessoa”. Podemos considerar então, quatro marcadores sociais na busca pela promoção da dignidade menstrual, sendo eles: mulheres, pessoas transgênero, pessoas em situação de vulnerabilidade social e pessoas com deficiência.

Método

Para a realização deste projeto, foi utilizado o instrumento de pesquisa: questionário, para Marconi e Lakatos (2003, p. 201): “o questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

A pesquisa primeiramente passou pelo comitê de ética da Universidade de Taubaté – UNITAU, e após a aprovação, as escolas consentiram em participar da pesquisa, os responsáveis dos alunos menores e os alunos maiores de idade assinaram o Termo de Livre e Esclarecido, e os alunos menores de idade o Termo de Assentimento para alunos de 11 a 17 anos.

A pesquisa foi aplicada para alunos da educação básica de três escolas: Escola A – ensino fundamental II – anos finais - estadual; Escola B – ensino médio estadual; Escola C – ensino médio particular.

O questionário foi aplicado pelo *Google Forms*, as escolas cederam seus espaços com infraestrutura de informática para aplicação do mesmo.

O questionário aplicado foi dividido em 3 partes, sendo elas: 1) Perguntas de Caracterização; 2) Perguntas específicas – alunos – pessoas com e sem ovários 3) Perguntas específicas para pessoas com ovários.

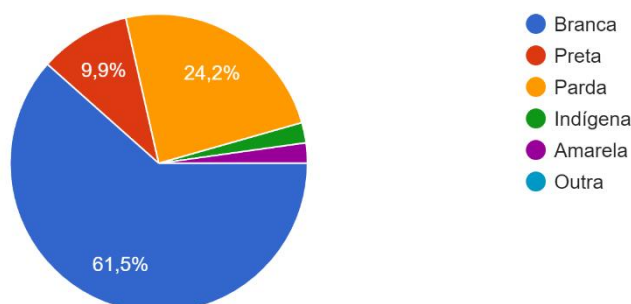
O questionário foi aplicado ao todo para 91 alunos das três escolas, entre 11 a 18 anos, dentre eles 45,6% eram do sexo masculino e 54,4% do sexo feminino, porém apenas 52,7% declarou possuir ovários.

Com relação a cor ou raça, de acordo com as classificações do IBGE, foram apontados:

Figura 1 - Cor ou Raça dos estudantes

Qual sua cor ou raça (de acordo com as classificações do IBGE)?

91 respostas



Fonte: Autoria própria, 2024.

Em média, na residência dos estudantes moram 3 pessoas, 67% informaram morarem em cada própria e 72% declararam que sua moradia possui uma boa condição.

Com relação a renda, 38,5% declaram que o rendimento total da família permite que eles cheguem até o fim do mês com facilidade.

Com relação a saneamento básico, 98,9% declararam ter acesso à saneamento básico em sua moradia, e 98,8% declararam ter acesso a coleta de lixo.

Dentre os estudantes, 45,1% responderam que compreendem muito bem como funciona a menstruação, 38,5% informaram que compreendem razoavelmente, e 14,3% informaram que compreendem muito pouco, o que demonstrou uma inconsistência na resposta, e de fato 53,8% responderam saber a diferença entre menstruação e ciclo menstrual.

Sobre a percepção geral sobre a menstruação, 66,7% declararam achar a menstruação algo positivo, contra 33,3% que acham algo negativo.

Um dado marcante é que 73,6% dos estudantes informaram que conhecem razoavelmente seu corpo, contra 15,4% que informaram que conhecem muito bem.

Sobre o papel da escola, 73,6% dos alunos informaram que já receberam alguma orientação sexual na escola, diferente da menstrual, que apenas 43,3% declararam já ter recebido. Para a importância de aprender sobre o tema na escola, 46,2% acham extremamente importante. Porém, 69,2% declararam terem aprendido menstruação pela primeira vez em casa.

A média da menarca, ou seja, da primeira menstruação declarada pelos estudantes foi entre 10 a 12 anos, todos que possuíam ovários que responderam a pesquisa já haviam menstruado.

Dentre as respostas, 100% declararam possuírem acesso a itens de higiene menstrual como absorventes descartáveis, absorventes de pano, coletores menstruais e etc.

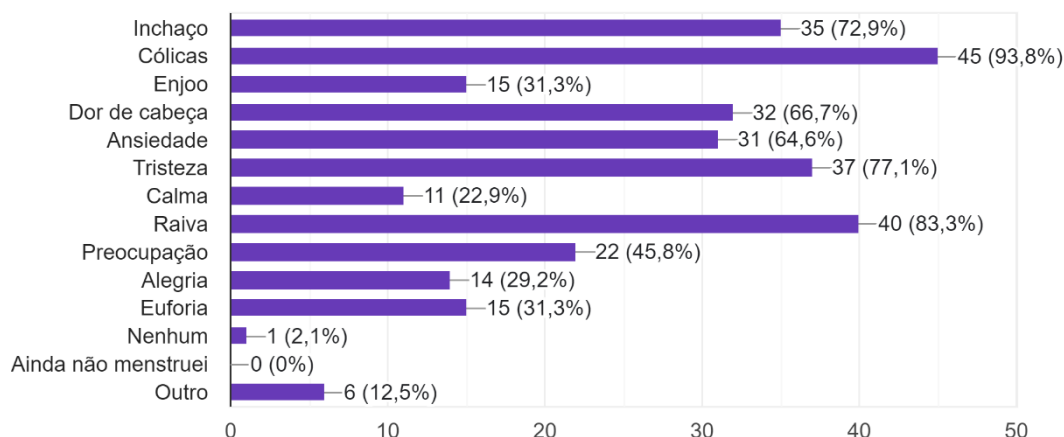
Sobre o conhecimento dos estudantes a respeito de outros tipos de coletores menstruais além do absorvente descartável, 87,5% declararam conhecer outro tipo além dele, porém 97,9% declararam utilizar o absorvente de descartável para coletar a própria menstruação.

Dentre os sintomas que os estudantes sentem durante a menstruação são:

Figura 2 - Sintomas dos estudantes durante a menstruação

Quais dos sintomas abaixo você já teve quando estava menstruada?

48 respostas



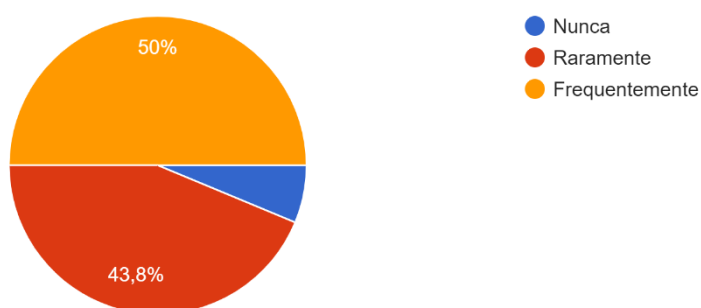
Fonte: Autoria própria, 2024.

Outro dado que chamou a atenção foi que 50% das estudantes se medicaliza frequentemente para aliviar os sintomas da menstruação:

Figura 3 - Medicalização utilizada pelos estudantes durante a menstruação

Você costuma tomar algum remédio para aliviar dores e cólicas durante a menstruação?

48 respostas



Fonte: Autoria própria, 2024.

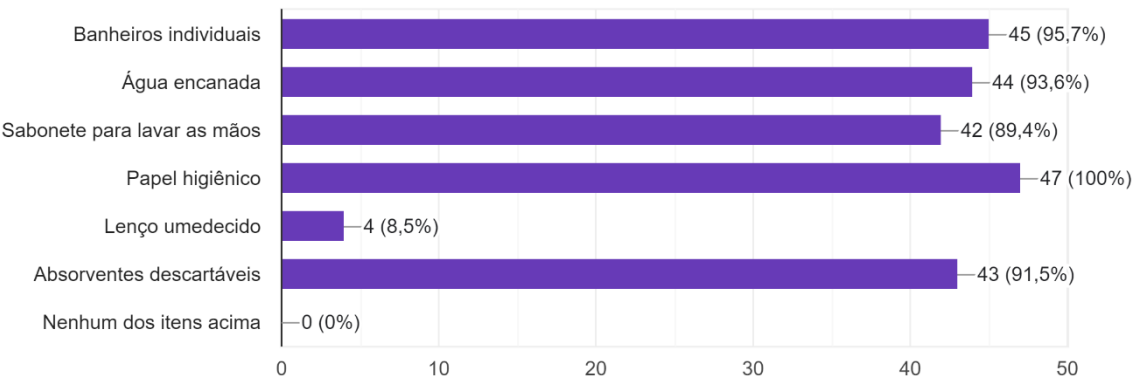
Ainda sobre a medicalização, 79,2% dos estudantes que possuem ovários informaram que tomam anticoncepcional.

Sobre os recursos de higiene que as escolas disponibilizam, os alunos informaram:

Figura 4 - O que as escolas oferecem para as pessoas que menstrual

A escola onde você estuda, oferece algum dos itens abaixo?

47 respostas



Fonte: Autoria própria, 2024.

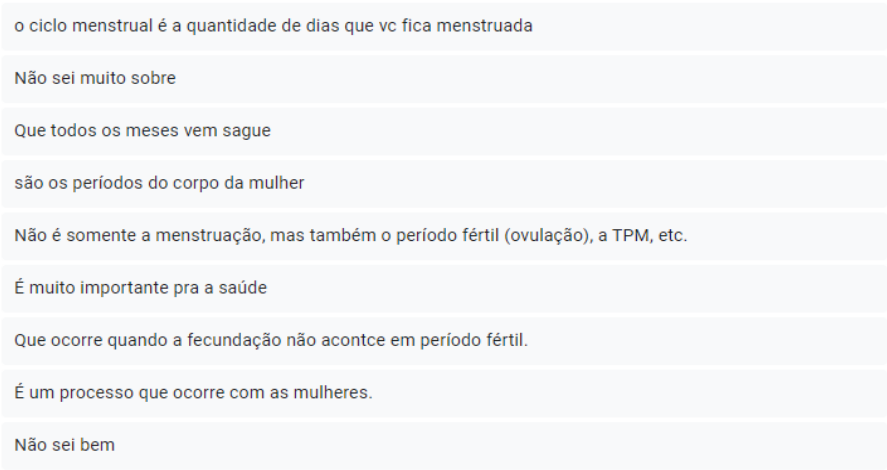
Dentre as respostas obtidas, percebeu-se que a maioria das estudantes relacionam a menstruação a algo negativo, e as respostas foram muito vagas quando questionadas sobre a definição sobre o ciclo menstrual, o que demonstrou falta de conhecimento sobre o assunto.

Uma pessoa declarou possuir deficiência, e também informou que teve dificuldade de acesso à dignidade menstrual por conta da deficiência.

Figura 5 - Compreensão dos estudantes sobre ciclo menstrual

O que você compreende sobre ciclo menstrual?

47 respostas



Fonte: Autoria própria, 2024.

Resultados e Discussão

A partir dos dados levantados, foi possível identificar que a grande parte dos alunos, mesmo das escolas públicas, não estavam em situação de vulnerabilidade social, apenas 1% dos alunos relataram ter um rendimento total da sua família permite que levem de maneira com muita dificuldade, e a maioria relataram possuírem acesso a itens de higiene pessoal, saneamento básico.

Quando questionados sobre se eles tinham acesso a itens de higiene menstrual, como absorventes descartáveis, absorventes de pano, coletores menstruais, e etc., 100% relataram que sim. Nas escolas, 100% relataram ter papel higiênico no banheiro e 91% declararam que a escola fornece absorvente descartável

Foi observado que ao serem questionados sobre a menstruação ser positiva ou negativa, para ambos os alunos com ou sem ovários, a maioria com 66% declarou ser positiva, porém quando o questionário foi para a sessão de somente pessoas com ovários, todos relataram ter sintomas desagradáveis durante a menstruação, o que mostra ser uma visão mais consciente de uma pessoa que menstrua.

No início do questionário ambos foram questionados sobre se sabiam a diferença entre ciclo menstrual e menstruação, porém nas respostas dissertativas, muitos responderam ou de maneira vaga ou de maneira incorreta sobre o que é a menstruação, mostrando que os alunos desconhecem sobre o tema.

Um ponto sobre a sustentabilidade, mostra que 97% dos estudantes declararam utilizar o absorvente menstrual, e que apenas 12% conhecem outros tipos de coletores menstruais além do absorvente descartável. O que pode ser um ponto de atenção pensando no descarte dos absorventes e na conscientização sobre outros tipos de coletores menstruais mais sustentáveis.

Outro fator importante a ser apontado, é que a porcentagem de pessoas que possuem ovários que tomam anticoncepcional é muito alto, praticamente 80% e que 50% tomam remédios para aliviarem os sintomas menstruais, o que comprova que existe de fato uma grande medicalização dos corpos ao se tratar de menstruação.

Outro fato crucial a ser apontado em relação a menstruação é que 55% dos estudantes já faltaram as escolas por estarem menstruadas, o que mostra o impacto da menstruação nas evasões e faltas às escolas.

Considerações finais

A partir da pesquisa bibliográfica realizada até o momento, e do questionário aplicado para os alunos, foi possível compreender que a gestão escolar impacta diretamente nos projetos educacionais, na relação com a comunidade escolar e na influência dos docentes e demais gestores.

É possível identificar a importância sobre a educação menstrual na vida dos jovens, principalmente para jovens que estejam em situação de vulnerabilidade social.

A menstruação perpassa um longo período da vida de uma pessoa com ovário e portanto um longo período também da vida dos jovens em idade escolar. Sendo assim, é um tema muito importante para ser abordado dentro da educação básica, ao incorporar a educação menstrual na educação básica, as escolas podem ajudar as pessoas que menstruam a entenderem melhor o ciclo menstrual, os processos biológicos envolvidos, os diferentes estágios do ciclo, e como cuidar adequadamente da higiene menstrual. Isso também pode incluir informações sobre os produtos menstruais disponíveis, como absorventes, tampões, copos menstruais, entre outros, bem como a importância de escolher produtos seguros e adequados.

É essencial que a educação menstrual seja apresentada de forma inclusiva e aberta, de modo a envolver não apenas meninas, mas também meninos, para que todos possam desenvolver uma compreensão saudável sobre a menstruação e contribuir para a criação de uma cultura mais empática e solidária.

É importante que a educação menstrual seja abordada de maneira adequada à faixa etária dos estudantes, com linguagem apropriada e atividades educativas que sejam inclusivas e acessíveis a todos. Além disso, envolver os pais e responsáveis na discussão pode reforçar o aprendizado e tornar a experiência mais completa.

A sensibilização e envolvimento de todos gera ações mais conscientes e assertivas, o que ocasiona em acolhimento e exemplo para os jovens.

De maneira geral, a educação menstrual pode beneficiar a conscientização dos jovens sobre seus corpos e suas escolhas, gerar empatia e promover dignidade para todas as pessoas que menstruam.

Sugere-se com esse estudo um maior aprofundamento na visão também dos docentes e gestores das escolas sobre o assunto, como também aprofundar o tema nas questões ambientais e sustentáveis.

Como produto técnico, pretende-se desenvolver um jogo educativo para abordar sobre a educação menstrual na educação básica, para ser utilizado como material didático em sala de aula.

Referências

BRASIL. Senado Federal. Promulgada lei para distribuição de absorventes às mulheres de baixa renda. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/03/18/promulgada-lei-para-distribuicao-de-absorventes-as-mulheres-de-baixa-renda>>. Acesso em 16 mar. 2023

BELLAGAMBA, L. R. O que é interseccionalidade e por que importa saber seu significado? BID. 14 jul. 2022. Categorias. Disponível em: <<https://blogs.iadb.org/brasil/pt-br/o-que-e-interseccionalidade-e-por-que-importa-saber-seu-significado/>>. Acesso em jul. 2023.

CATER, J. B. B. Gestão de políticas públicas sociais: vulnerabilidade e a desigualdade social no município do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/vulnerabilidade-e-a-desigualdade>>. Acesso em 16 mar. 2023.

COSTA, Y. O. Universidade federal do rio grande do sul faculdade de medicina departamento de medicina social especialização em saúde pública yasmin oliveira costa precariedade menstrual no brasil: Uma revisão narrativa. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/249469/001149918.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 24 nov. 2023.

ERNANDES, C, C. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/rii/4529/1/A%20quebra%20de%20tabus%20sobre%20menstrua%c3%a7%c3%a3o%20e%20pr%c3%a1ticas%20sustent%c3%a1veis%20.pdf. Acesso em 16 mar. 2023.

FIDALGO, Sabrina. Cobaias Humanas - o lado mais obscuro da maldade humana. **Vogue**. 15 mar. 2021. Gente, p. 1. Disponível em: <<https://vogue.globo.com/Vogue-Gente/noticia/2021/03/cobaias-humanas-o-lado-mais-obscuro-da-maldade-humana.html>>. Acesso em 20 out. 2023.

LAQUEUR, T. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. 1 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, 316p.

MOREIRA, L, P, A. Pobreza menstrual no Brasil: diagnóstico e alternativas. 2021. Dissertação (Mestrado em gestão de políticas públicas) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2021.

NERY, M. P; VOMERO, L. S. Z. Uterodrama: **descolonizando corpo e menstruação**. Revista brasileira de Psicodrama, Tubarão, v31, ed. 1023, p. 1-10, 09 março 2023. Disponível em:

<file:///D:/Fabiana/Downloads/UTERODRAMA%20DESCOLONIZANDO%20CORPO%20E%20MENSTRUA%C3%87%C3%83O.pdf> . Acesso em 16 jul. 2023.

RATTI, C.; AZZELLINI, E, C; BARRENSE, H; GROHMANN, R. O tabu da menstruação reforçado pelas propagandas de absorventes. Intercom, Araçatuba, v.1, n.2, p. 26, abril, 2022. Disponível em: < [http://www.etecdearacatuba.com.br/pagina/revista/002 -
Revista Cientifica Etec Aracatuba.pdf](http://www.etecdearacatuba.com.br/pagina/revista/002-_Revista_Cientifica_Etec_Aracatuba.pdf)> . Acesso em 16 mar. 2023

SAWAIA, B. As artimanhas da exclusão: **análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001, 157 p.

SILVA, D. A. **Abordagem da menstruação nas dissertações de educação sexual:** algumas reflexões. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação sexual) - Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2022.

UNICEF. Pobreza menstrual no Brasil: **desigualdades e violações de direitos**. Relatório. 2021. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww.unicef.org%2Fbrazil%2Fmedia%2F14456%2Ffile%2Fdignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf&clen=1275236&chunk=true&pdfilename=dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf> . Acesso em jul 2023.

VIEIRA, E. M. A medicalização do corpo feminino. 1 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022, 84p.